

Licenças ambientais irregulares marcam início das oitivas de CPI

Algumas estações de tratamento da Águas do Imperador operam com licenças vencidas

Por Evelyn Carvalhaes

A existência de licenças ambientais vencidas, pendências em estudos obrigatórios e possíveis descumprimentos de condicionantes legais marcaram o início da fase de oitivas da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a concessionária Águas do Imperador, em Petrópolis. A nova etapa começou na última sexta-feira (30), na Câmara Municipal, com a escuta de técnicos da área ambiental e representantes do poder público.

A comissão é presidida pela vereadora Professora Livia Miranda, tem o vereador Léo França como vice-presidente e o vereador Júnior Paixão como relator.

A CPI foi instaurada após uma série de denúncias envolvendo falta d'água, falhas no abastecimento e possíveis irregularidades na prestação dos serviços em diversos bairros. Desde a criação, os parlamentares vêm reunindo documentos, reclamações e relatos de moradores.

A abertura das oitivas é vista como resposta à pressão popular. Mais de mil moradores assinaram um abaixo-assinado pedindo a investigação, reforçando a cobrança por transparência na atuação da concessionária.

Pendências ambientais entram no foco da investigação

Durante a sessão, o assessor técnico de licenciamento ambiental Vitor Moreira afirmou que a concessionária deveria ter



Além do licenciamento, outros documentos foram alvo de questionamentos

apresentado o estudo de soleira, documento técnico obrigatório para intervenções em áreas de rio. Segundo ele, o material entregue foi considerado inconclusivo e um novo estudo ainda está pendente.

Também foram relatados descumprimentos de condicionantes ambientais, o que levou à aplicação de medidas administrativas contra a empresa. “Depois disso, a Águas do Imperador se movimentou com o corpo jurídico e entrou com recurso em relação a essas multas. Atualmente, não sei se elas foram pagas ou se a empresa conseguiu ganhar prazo com isso”, declarou o técnico.

Falta de informações preocupa vereadores

Em depoimento, a diretora de licenciamento ambiental, Juliana Barreto do Nascimento, afirmou que a fiscalização contratual não é atribuição de sua pasta e que não tinha, naquele momento, informações detalhadas sobre a situação das licenças da concessionária.

“São 38 processos com mais de dez mil páginas. Temos milhares de processos em andamento, com inúmeros requerentes diferentes. Estamos à disposição para retornar caso haja um requerimento específico”, disse.

Durante a oitiva, foi revelado que algumas estações de tratamento operam com licenças ven-

cidas há anos, enquanto outras estão próximas do vencimento. Questionada sobre multas, licenças do Inea e a renovação contratual, Juliana afirmou que não poderia confirmar informações sem analisar os processos.

A CPI deu prazo de cinco dias para que a diretora apresente a documentação referente à Águas do Imperador e o detalhamento das condicionantes não cumpridas.

A presidente da comissão criticou a falta de dados apresentados. “Estamos aqui com a diretora responsável por acompanhar as licenças, e ela não trouxe os documentos de sua competência nem soube informar sobre a si-

tuação deles. Fica realmente difícil seguir com as questões dessa forma”, afirmou Livia Miranda.

Papel da Comdep e avaliação do serviço

O secretário municipal de Meio Ambiente, Pedro Henrique Pereira de Alcântara, confirmou que foram identificados descumprimentos de condicionantes ambientais por parte da concessionária e classificou a prestação do serviço como insatisfatória.

Ele explicou ainda que a Comdep atua na fiscalização da execução dos serviços de esgoto. “A totalidade dos apontamentos feitos pela Comdep refere-se à fiscalização da prestação de serviços da Águas do Imperador na coleta de esgoto. Eles tratam de blocos de ancoragem, interceptores e tempos de tomada a seco, e são encaminhados para que a empresa adote as providências”, afirmou.

O secretário também confirmou que o estudo de soleira não foi cumprido conforme exigido e reforçou que a atuação da secretaria se limita à emissão e acompanhamento das licenças ambientais, enquanto a Comdep realiza a fiscalização direta do contrato.

Próximos passos

Ao final dos trabalhos, previsto para 6 de fevereiro, a CPI deverá apresentar um relatório com conclusões e recomendações. O documento poderá resultar em encaminhamentos ao Ministério Público e a outros órgãos de controle.

Ministério das Mulheres avança com projetos

Uma comitiva do Ministério das Mulheres esteve em Petrópolis esta semana para tratar da instalação de lavanderias públicas e comunitárias na cidade. A parceria com a Prefeitura vai beneficiar duas comunidades vulneráveis da cidade: Serrinha, no Independência, e Alto da Derrubada, na Fazenda Inglesa.

“Estamos avançando neste projeto, visitando as comunidades e conversando com os moradores. É um projeto importante de fortalecimento da política de cuidado”, disse o prefeito Hingo Hammes.

A comitiva com representantes do Ministério das Mulheres e das secretarias municipais de Direitos e Políticas Públicas para as Mulheres e de Obras visitou as comunidades que podem re-

ceber o projeto. “Temos todo interesse em consolidar essa parceria e levar esse projeto para comunidades vulneráveis e ajudar a transformar a realidade dessas mulheres”, frisou a secretária da Mulher, Rosângela Stumpf.

“As lavanderias públicas e comunitárias fazem parte da política de cuidado do Governo Federal. Além de oferecer o espaço para que essas mulheres possam lavar a roupa, elas recebem capacitação e formação em vários setores. É um esforço de convivência, de formação e de cuidado”, ressaltou a secretária Nacional de Autonomia Econômica e Economia de Cuidados do Ministério das Mulheres, Rosane Silva.

O que são as lavanderias públicas e comunitárias?



Objetivo é aliviar a sobrecarga de trabalho doméstico feminino

O projeto do Governo Federal tem como objetivo aliviar a sobrecarga de trabalho doméstico feminino, promovendo autono-

mia econômica, estudos e lazer. As lavanderias possuem tanquinho, máquinas de lavar e secar. O uso é gratuito, mas exige agenda-

mento prévio e inscrição no CadÚnico. Os espaços funcionam como centros de convivência, incluindo brinquedotecas, salas para cursos, oficinas e, em alguns casos, hortas comunitárias.

A secretária executiva da Mulher do município de Caruaru, em Pernambuco, Hannah Miranda Moraes, também esteve em Petrópolis com a comitiva do Ministério das Mulheres. Caruaru foi a cidade do país a receber a lavanderia pública e comunitária.

“A experiência de Caruaru é exitosa. Atendemos cerca de 200 pessoas por dia, onde elas podem criar redes”, disse Hannah Moraes. “É uma grande oportunidade de estar aqui em Petrópolis e falar de uma política pública importante para o cuidado”.